

AO JUÍZO DA \_\_\_\_\_ VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E  
SUCESSÕES DE XXXXXXXXXX.

**Fulano de tal**, nacionalidade, convivente em união estável, profissão, nascido em XX/XX/XXX, natural de XXXXX/SP, filho de Fulano de tal e Fulano de tal, RG nº XXXXXXXX - SSP/DF e CPF nº XXXXXXXXX, residente e domiciliado naXXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, telefone: XXXXXXXX, correio eletrônico: XXXXXXXXXX, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, sob o patrocínio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX** (artigo 98 do CPC), ajuizar

**AÇÃO DE NEGATÓRIA DE PATERNIDADE  
C/C  
INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE**

em face da menor impúbere **Fulano de tal**, nacionalidade, profissão, nascida em XX/XX/XXX, natural de XXXXX/DF, filha de Fulano de tal (pai registral) e Fulano de tal, **representada por sua genitora, Fulano de tal**, nacionalidade, profissão, filha de Fulano de tal e Fulano de tal, ambas residentes e domiciliadas no XXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, telefone: XXXXXXXXXX, **demais dados desconhecidos**, pelas razões de fato e direito a seguir expostas:

**PRELIMINAR: DA NÃO INCLUSÃO DOS DADOS DA PARTE REQUERIDA (RG E CPF)**

Por problemas operacionais, os Defensores Públicos do XXX estão impossibilitados de acessar a rede INFOSEG, dessa forma, se torna inviável a consulta e inclusão dos dados pessoais da parte requerida (CPF e RG).

Sendo assim, nos termos do art. 319, §1º, do CPC, solicita a parte requerente que seja realizada a consulta via sistema INFOSEG com intuito de se obter os referidos dados.

## **I - DOS FATOS:**

A requerida foi registrada como filha do autor.

O requerente se relacionou com a genitora da requerida pelo período de um ano (entre XXXX e XXXXX).

A menor nasceu durante a constância do relacionamento do casal, razão pela qual o requerente acreditou ser o pai biológico e tomou a decisão de registrar a infante.

Alguns fatos intrigaram o autor, tirando-lhe a certeza de que a filha, ora requerida, seria de natureza biológica.

O autor, em pesquisas no Facebook da requerida (Fulano de tal), fez *print* de diversas fotografias em que a suposta filha homenageia outra pessoa como sendo o seu pai, inclusive com a aposição de mensagem do tipo: *“te amo tanto, feliz dias dos pais...”*.

Ademais, o autor soube por terceiros de sua vizinhança, à época, os quais não sabe precisar, que a mãe da requerida possuía, na época do namoro, outro relacionamento paralelo.

**Importante destacar que não houve o advento do vínculo afetivo com a requerida eis que o autor teve a união**

**estável rompida com a genitora da menor quanto essa tinha apenas um ano de idade e não manteve nenhum contato com a menor.**

A própria genitora da menor, em diversos momentos, sempre proferiu ao autor que não era o pai biológico da infante.

**Estranhamente, é importante destacar que a genitora da menor, como sua representante, nunca acionou a Justiça para pleitear, em nome dessa última, ação de alimentos em face do requerente, que, por sua vez, não colabora para o sustento da requerida.**

O requerente não tem contato com a requerida, eles não se falam nem no dia do aniversário, nem no dia dos pais e também não desejam nem feliz natal e nem feliz ano novo.

Por várias vezes o autor sugeriu à genitora da infante que todos fossem espontaneamente ao laboratório particular para realização de exame de DNA, mas sempre houve esquiva e negativa da mesma.

Portanto, o Autor tem dúvida sobre a real paternidade da menor, não lhe restando outra alternativa senão a de buscar a tutela jurisdicional na busca de ver negada judicialmente a vinculação paterna com a infante.

Pleiteia que seja realizado exame de DNA para se confirmar ou afastar a paternidade do autor em face da menor.

## **II - DO DIREITO:**

O direito de ver reconhecida a filiação biológica é albergado sem restrições pelo ordenamento jurídico brasileiro, tratando-se de direito indisponível.

Dessa forma é direito do autor em ver retificado o registro de nascimento da requerida, com a exclusão de seu nome como pai e dos avós paternos.

CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE VÍNCULO BIOLÓGICO E SOCIOAFETIVO. ANÁLISE DAS PARTICULARIDADES DO CASO. FALECIMENTO DO PAI REGISTRAL E TENRA IDADE DO FILHO. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO. POSSIBILIDADE.

- Para a retificação de registro de nascimento em razão da ausência de vínculo biológico entre as partes, é imprescindível a demonstração do vício de consentimento, bem como a inexistência de vínculo socioafetivo.

- Restando demonstrado nos autos o vício de consentimento porque o pai registral foi induzido a erro, uma vez que foi levado a crer ser o pai biológico, e que não houve a formação da paternidade socioafetiva, haja vista a tenra idade da criança e o falecimento precoce do pai registral, afasta-se a paternidade, determinando-se a retificação do

registro de nascimento.

- Recurso não provido. Unânime.

(Acórdão n.621512, 20100810033148APC, Relator: OTÁVIO AUGUSTO, Revisor: MARIO-ZAM BELMIRO, 3ª Turma Cível, Data de Julgamento: 13/09/2012, Publicado no DJE: 16/10/2012. Pág.: 133)

Assim, comprovado o vício de consentimento, necessário o ajuizamento da presente ação.

### **III - DOS PEDIDOS:**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) Os benefícios da justiça gratuita, na forma do artigo 98 do CPC;
- b) A realização de audiência de mediação, nos termos do artigo 319, inciso VII, do CPC;
- c) Seja determinada a realização de exame de DNA, sem custas para o autor, para se confirmar ou afastar a paternidade da menor, ora requerida;
- d) A citação da requerida, na pessoa de sua representante legal, para que

conteste a presente ação, dentro do prazo legal, sob pena de, não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo requerente;

- e) A intimação do ilustre Membro do Ministério Público;
- f) A procedência do pedido para investigar a paternidade e, caso a paternidade biológica seja afastada após a realização do exame de DNA, que seja expedido mandado ao Cartório competente, a fim de que se exclua da Certidão de Nascimento da requerida o nome do autor, o patronímico paterno e o dos avós paternos; e
- g) A condenação da requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal – PRODEF (art. 3º da Lei Complementar Distrital nº 908/2016), que deverão ser depositados no Banco XXXX, CNPJ PRODEF nº XXXX).

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pela realização de exame de DNA a ser realizado por determinação desse Juízo.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX).

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXXXX/DF, XX de XXXXXX de XXXX.

---

**FULANO DE TAL**

Auto

---

**DEFENSOR PÚBLICO**